



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), na modalidade FNHIS Sub-50, tem como objetivo viabilizar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda em municípios com até 50 mil habitantes. As ações desenvolvidas estão alinhadas ao direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, bem como às políticas públicas habitacionais do Governo Federal.

Nesse contexto, o Trabalho Social (TS) se configura como componente obrigatório e estratégico dos empreendimentos habitacionais de interesse social. Trata-se de um conjunto de ações que buscam a inclusão social, a participação cidadã, o fortalecimento comunitário, a sustentabilidade da intervenção e a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias.

As diretrizes atuais estão definidas na Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre o Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades. O TS deve estar estruturado em cinco eixos temáticos:

- Eixo I – Mobilização, Comunicação e Participação Social;
- Eixo II – Sustentabilidade da Intervenção ou Operação;
- Eixo III – Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde;
- Eixo IV – Desenvolvimento Socioeconômico;
- Eixo V – Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura.

Essas ações deverão sempre:

1. estar respaldadas num diagnóstico social, econômico, produtivo, ambiental, político-institucional do território e da população beneficiária;
2. ser adequadas às características da intervenção, e;
3. se articular com as demais políticas públicas locais.

Atualmente, o Trabalho Social no âmbito das intervenções habitacionais é regido por normativas específicas, definidas de acordo com o programa habitacional e o agente executor da política pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Para empreendimentos executados pelo setor público, o Trabalho Social é regulado pela Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar refere-se à contratação de empresa especializada para a elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) junto às 29 famílias beneficiárias do empreendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub-50, objeto do Termo de Compromisso nº 1099213-51/2024, no município de Campos de Júlio – MT.

O programa determina que, paralelamente à execução das obras, seja desenvolvido um PTS sistemático e adequado à realidade socioeconômica, política, ambiental e cultural local, de forma a estimular a participação cidadã, promover a inclusão social e garantir às famílias o acesso aos serviços públicos disponíveis no município.

O Município não dispõe de equipe técnica suficiente para a execução integral do Trabalho Social, considerando sua complexidade metodológica e a necessidade de profissionais especializados. Nesse sentido, torna-se indispensável a contratação de empresa qualificada, assegurando que as ações sejam implementadas em conformidade com a legislação vigente e dentro dos prazos estabelecidos.

A medida visa corrigir a insuficiência da estrutura municipal, garantindo que os recursos financeiros sejam aplicados de maneira eficiente para o alcance das metas contratuais e do PTS, tais como: a inclusão social das famílias, a integração da comunidade à cidade e aos serviços públicos e o fortalecimento da participação cidadã.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, em observância à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), assegurando a aplicação dos princípios da isonomia, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de possibilitar ampla concorrência e igualdade de condições entre os interessados.

3. ÁREA REQUISITANTE

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, na qualidade de órgão requisitante, será responsável por acompanhar todas as etapas da elaboração, execução e entrega do projeto, bem como os serviços a ele vinculados.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços decorrentes da contratação descrita no presente estudo deverão ser entregues pela contratada de acordo com as especificações definidas no Termo de Referência, sendo que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

a contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e prestação de serviço no ramo de trabalho social, de acordo com as normas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetivos, conforme disciplinará o Termo de Referência.

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá ter entre as suas finalidades o Trabalho Social e experiência na temática, observando ainda os pontos previstos na Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades.

Comprovar qualificação técnica e experiência da empresa e de seus profissionais em ações socioeducativas em intervenções de desenvolvimento urbano com população de baixa renda, bem como a suficiência da equipe para a execução do Trabalho Social pelos seguintes documentos:

a) comprovação de vínculo com a licitante, tais como cópia de carteira de trabalho ou de contrato de prestação de serviços entre outros, acompanhado de cópia do currículo profissional e comprovação de formação/registro junto ao conselho;

b) comprovação via atestado de capacidade técnica expedida por órgão ou empresa, com descrição das atividades práticas desempenhadas.

O profissional responsável técnico indicado deve ter graduação em nível superior, preferencialmente em serviço social, psicologia, pedagogia, ciências sociais, ou áreas afins, e deve apresentar experiência comprovada em implementação de políticas públicas de habitação ou em execução e acompanhamento de trabalhos sociais realizados a projetos habitacionais, preferencialmente em empreendimentos do mesmo porte, natureza e característica da intervenção em questão.

Caberá a contratada a realização do registro obrigatório do contrato junto ao respectivo conselho profissional.

Para a elaboração de relatórios de execução do Trabalho Social, a contratada deverá atender as exigências da contratante, do Ministério das Cidades e da Instituição Mandatária, visando oferecer elementos qualitativos e quantitativos para o monitoramento do Trabalho Social.

Além das etapas já previstas neste Estudo Técnico, a contratada se comprometerá a realizar reprogramações das ações previstas no PTS, sempre que solicitado pela fiscalização, no intuito de compatibilizar o andamento dos trabalhos e viabilizar atendimentos das metas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Caberá a contratada a responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto relativo ao Trabalho Social ou o alcance das metas estabelecidas.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vincularão a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

Os preços deverão ser expressos em moeda nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

A proposta deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Através do Termo de Compromisso n.º 970801/2024 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades - representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Campos de Júlio - MT, cujo valor de investimento envolve um montante de R\$ 3.250.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), sendo que, deste valor será destinado um percentual em torno de 2,5% (dois e meio por cento) para a elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social.

Os custos dos recursos materiais, recursos humanos e insumos deverão ser detalhados, mês a mês, na PO - Planilha Orçamentária, discriminando em termos quantitativos e financeiros todos os gastos necessários para desenvolver todas atividades previstas.

Para facilitar este detalhamento, recomenda-se agregar os insumos por natureza de despesa em três tipos de orçamento:

RECURSOS HUMANOS: que inclui o pagamento dos integrantes da equipe técnica, com especificação da carga horária destinada à execução do projeto e o valor da hora trabalhada por profissional, além de custos de alimentação, transporte/locomução e despesas com hospedagem, se houver necessidade de pernoite;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

SERVIÇOS DE TERCEIROS: com contratação de serviços de consultoria do trabalho social para apoio às equipes e serviços especializados voltados para a população beneficiária; custos com eventos e/ou atividades comunitárias relacionadas às ações programadas; capacitação dos beneficiários, envolvendo oficinas educativas, seminários; custos com divulgação das ações do projeto; e contratação de apoio logístico, como instalação de locais para reuniões /eventos, desde que essenciais para viabilizar as atividades programadas.

RECURSOS MATERIAIS: compreende material de consumo e material permanente. Os valores obtidos na memória de cálculo, além de definirem o custo do projeto, também são utilizados para estabelecer o cronograma de desembolso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa para execução do objeto é realizada visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A licitação será realizada na modalidade CONCORRÊNCIA (art. 28, II), sob a forma ELETRÔNICA (art. 17, § 2º), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (art. 33, I), todos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, conforme art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, cuja contratação da execução do serviço se dará por preço certo e total.

O objeto é definido como contratação de empresa especializada em elaboração e execução de Projeto de Trabalho Social, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades e no Manual para apresentação de propostas para projetos habitacionais em áreas urbanas de municípios até 50 mil habitantes.

O Trabalho Social deve ser realizado, obrigatoriamente, com todas as famílias diretamente afetadas pelas intervenções ou operações, ou conforme definido em anexo de cada modalidade.

O Trabalho Social compreende um conjunto coordenado de objetivos, ações e resultados a serem organizados considerando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

- I - planejamento: que constitui a elaboração do Projeto do Trabalho Social - PTS;
- II - execução: que constitui a realização das atividades previstas no PTS; e
- III - verificação e acompanhamento: que se realiza por meio de Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Social - RATS.

O Trabalho Social deverá obedecer às fases de execução definidas no anexo da modalidade de intervenção ou operação – Anexo IV da Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades.

O Trabalho Social deve ser planejado e executado em conformidade com os eixos temáticos e seus objetivos específicos.

Os eixos temáticos constituem um conjunto de temas que orientam a formulação e a implementação do Trabalho Social e seus objetivos específicos devem ser alcançados por meio dos produtos e resultados da estrutura lógica detalhada no Anexo I da Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades.

São eixos temáticos do Trabalho Social:

- I - Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social;
- II - Eixo II - Sustentabilidade da intervenção ou operação;
- III - Eixo III - Sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e promoção da saúde;
- IV - Eixo IV - Desenvolvimento socioeconômico; e
- V - Eixo V - Direitos humanos, educação, cidadania e cultura.

O Trabalho Social deverá observar, obrigatoriamente, todos os cinco eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macro área, quando esta existir, indicadas no diagnóstico.

O Trabalho Social deverá observar obrigatoriamente todos os dispositivos e diretrizes estabelecidos pela Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Planejamento, a Elaboração, a Execução e o Acompanhamento do Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades, inclusive quanto à elaboração, implementação, monitoramento e verificação das atividades previstas no Projeto de Trabalho Social – PTS e seus respectivos Relatórios de Acompanhamento (RATS), conforme especificado na referida Portaria e seus anexos.

A elaboração e entrega do Projeto de Trabalho Social deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

A execução do Trabalho Social deverá ser realizada no prazo de 12 (doze) meses consecutivos, prorrogáveis por igual período, contados da finalização do projeto.

Equipe Técnica

A Equipe Técnica responsável para execução dos trabalhos deverá corresponder ao exigido neste documento.

Para a consecução do objeto descrito neste estudo, estima-se o número mínimo de profissionais e as exigências técnicas para cada equipe, conforme descrito a seguir.

Tabela 01 - Equipe Técnica Mínima - Projeto de Trabalho Social – PTS

Quant.	Especialidade de formação	Função	Exigências
01	Profissional com graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou Ciências Sociais.	Responsável Técnico pelo Trabalho Social	Este profissional deve ter no mínimo três anos de experiência comprovada em planejamento ou execução de Trabalho Social, mobilização comunitária ou educação popular relacionadas a políticas habitacionais, urbanas ou rurais, de desenvolvimento territorial ou saneamento.
01	Preferencialmente ensino médio completo, com experiência em mobilização comunitária	Mobilizador Social	Profissional capaz de mobilizar ou articular as famílias, sendo preferencialmente uma liderança comunitária, beneficiário ou morador da área de intervenção, do empreendimento ou da macroárea.

Em caso de necessidade de substituição de qualquer profissional da Equipe Técnica, se dará mediante simples comunicação prévia à Contratante, acompanhada de documentação que comprove que o novo profissional detém qualificação técnica equivalente ou superior à exigida no edital, sendo necessária a validação deste profissional pela Contratante. Qualquer modificação na constituição da Equipe Técnica, durante a execução dos serviços, não acarretará despesa para a Contratante, nem justificará atraso no Cronograma Físico-Financeiro e deverá ser comunicado ao Agente Financeiro ou a Mandatária da União.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

O mesmo profissional não poderá fazer parte da equipe de mais de um licitante, sob pena de desclassificação de todas as licitantes que não atenderem a esta exigência.

A qualificação técnica operacional do proponente será aferida mediante:

- a) comprovação de que contenha, entre suas finalidades estatutárias, o Trabalho Social ou temática associada à sua atuação que terá no Trabalho Social;
- b) relação de obrigações assumidas pelo proponente que possam resultar na redução da disponibilidade de sua equipe técnica;
- c) comprovante de inscrição vigente do proponente no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, em plena validade;
- d) certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional da proponente na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º, art. 88, da Lei nº 14.133/2021;
- e) indicação e identificação dos profissionais técnicos disponíveis para a realização do projeto e suas respectivas competências.

A qualificação técnica profissional do responsável técnico será aferida mediante:

- a) o profissional responsável técnico deve ter graduação em nível superior, preferencialmente em serviço social, psicologia, pedagogia, ciências sociais, ou áreas afins, com no mínimo três anos de experiência comprovada em planejamento ou execução de Trabalho Social, mobilização comunitária ou educação popular relacionadas a políticas habitacionais, urbanas ou rurais, de desenvolvimento territorial ou saneamento;
- b) diploma de conclusão de curso de nível superior, certificado pelo Ministério da Educação e Cultura ou por instituição de ensino competente, com o respectivo curso regulamentado;
- c) cópia da carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ou documento equivalente que comprove vínculo profissional e tempo de atuação;
- d) declaração ou atestado de capacidade técnica expedido por órgão ou empresa, contendo descrição das atividades desempenhadas; e
- e) registro em conselho de classe competente, quando aplicável, conforme regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Para o desenvolvimento dos eixos, a metodologia de trabalho pode ser realizada através de criação de redes sociais, visitas institucionais e domiciliares, oficinas, reuniões presenciais e/ou on-line, campanhas, capacitação, ação comunitária, palestras, elaboração e distribuição de informativos impressos, sorteio de brinde, bem como todo o material de apoio necessário.

A metodologia contendo a forma de execução de todas as atividades deverá estar detalhada mês a mês no Projeto de Trabalho Social a ser elaborado, bem como na Planilha Orçamentária, discriminando todos os recursos materiais e humanos, serviços de terceiros e insumos necessários.

Tais atividades devem ser desenvolvidas e estruturadas de modo a alcançar os moradores contemplados na área de intervenção da operação (área urbana do município), adequando a execução direcionada para cada público alvo e também promover a inclusão social.

O cronograma de execução das atividades, contendo local, data, hora e pauta deverá ser encaminhado com antecedência para a equipe social do município. A realização dos trabalhos deve ser bem preparada, com informações e materiais necessários.

A empresa contratada deverá elaborar Relatórios Mensais de Acompanhamento, onde deverão constar todos os documentos e registros que comprovem que as atividades previstas foram realizadas, tais como lista de presença, atas, registros fotográficos, formulários de avaliação, sinopses de palestras, diário de campo, modelo de convite, panfletos, currículos de palestrantes e outros documentos que por ventura sejam necessários.

Ao concluir totalmente o cronograma das atividades programadas, deverá ser elaborado/apresentado o Relatório Final.

Os referidos relatórios são instrumentos que apresentam a medição das atividades/ações desenvolvidas no Trabalho Social e que ensejam o desbloqueio de recursos financeiros para o pagamento. Esses documentos deverão ser protocolados por meio de ofício de encaminhamento à Secretaria Municipal Assistência Social, onde a coordenação do serviço social fará análise/encaminhamento dos documentos.

Se forem considerados aptos, serão encaminhados para CAIXA/GIGOV/CB, que fará a verificação da compatibilidade documental do ateste da fiscalização do município, efetivando a aferição da execução dos serviços e posterior desbloqueio do recurso na conta vinculada da operação para o pagamento.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

O objeto – elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social – será licitado e contratado por preço global certo, em um único item de contratação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Na composição do investimento das intervenções habitacionais devem ser assegurados recursos específicos para a execução do Projeto de Trabalho Social – PTS, conforme diretrizes dos programas habitacionais federais.

Para as obras do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS, na modalidade Sub-50, deverá ser observado o percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do valor do instrumento de repasse, destinado à execução do Projeto de Trabalho Social.

Considerando que o valor do repasse do instrumento de financiamento é de R\$ 3.250.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), estima-se que a contratação decorrente do presente Estudo Técnico Preliminar terá valor máximo de R\$ 81.250,00 (oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais), correspondente ao percentual destinado ao Projeto de Trabalho Social.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A adjudicação do objeto descrito no presente estudo se dará por preço global (item único), nos termos do art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula TCU 247, a saber:

Lei nº 14.133/2021:

Art. 82: [...];

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverão ser indicados no edital.

Súmula nº 247 TCU. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto, seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista, o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso do objeto descrito no presente estudo, a hipótese de parcelamento é inviável e está afastada, pois a contratação refere-se a serviço que, dadas as suas características, deve ser executado totalmente por um único contratado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se vislumbram contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade da contratação decorrente do presente estudo.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação decorrente do presente estudo será realizada com recursos oriundos da operação de repasse PAC, fonte do OGU - Orçamento Geral da União.

A contratação decorrente do presente estudo está em consonância com o valor previsto no projeto.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Promover a participação social e o fortalecimento dos vínculos comunitários das famílias beneficiárias do empreendimento habitacional, favorecendo a apropriação do novo espaço de moradia, a integração às políticas públicas e a sustentabilidade social do empreendimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a conservação dos bens e serviços implantados.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A elaboração do respectivo Termo de Referência deverá seguir as premissas e condições do presente Estudo Técnico Preliminar.

O processo licitatório decorrente do presente estudo, assim como a contratação respectiva, deve ser publicado no Diário Oficial da União, dando-se publicidade aos atos praticados, de modo a conferir maior transparência e corroborar com a lisura e a probidade dos respectivos atos processuais.

A nota de empenho deve ser emitida em nome da empresa contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação decorrente do presente estudo não gera impactos ambientais diretos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A equipe responsável pela elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, ao final identificada, declara que é viável a contratação aqui descrita, posto que possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.

16. RESPONSÁVEIS

Olidia Silva Borges Maciel

Dulce Ozana dos Santos

Campos de Júlio – MT, 18 de agosto de 2025.


Olidia Silva Borges Maciel

CRESS 2557/2012

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio


Dulce Ozana dos Santos

Portaria 348/2025
DULCE OZANA DOS SANTOS
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio
Gerente de Gestão Produtiva
Port. nº 348/2025